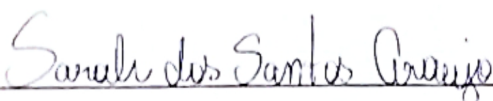
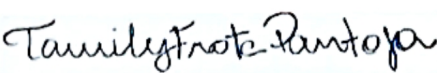


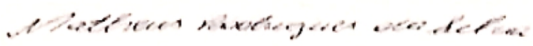
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS-UEA
CURSO DE SEGUNDA LICENCIATURA EM HISTÓRIA PARFOR- AUTAZES/AM

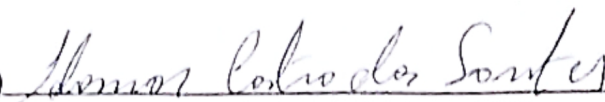
Ata defesa do Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em História do Centro de Estudos Superiores de Parintins, da Universidade do Estado do Amazonas, realizado no dia 04 de agosto de 2026.

Aos 04 dias do mês de agosto de 2026, nas dependências da sede SEBRAE, localizado na Rua Ângelo Portugal, S/N, Bairro Centro, no município de Autazes, realizou-se a defesa do Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em História do discente **IDOMAR CASTRO DOS SANTOS** com o tema **A VIOLÊNCIA CONTRA O POVO INDÍGENA MURA NO PASSADO E NO PRESENTE: LUTAS E RESISTÊNCIA**. As apresentações cumprem uma exigência do Projeto Pedagógico do curso para obtenção do grau do Licenciado em História. A Presidente deu início à sessão e informou sobre os procedimentos do exame de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Depois da apresentação, palavra foi facultada ao discente para apresentar uma síntese do seu estudo e em seguida, foi arguido pelos membros avaliadores. Após a apresentação e arguição pelos membros da Banca avaliadora, esta se reuniu e considerou o discente Aprovado. A sessão foi encerrada. Eu, professora Dra. Sarah dos Santos Araujo, secretariei e lavrei a presente Ata que vai assinada por mim e pelos demais membros da banca avaliadora.

 Nota (10,0)
Orientador Professora Dra. Sarah dos Santos Araujo

 Nota (9,5)
Avaliadora Professora Ma. Tamily Frota Pantoja


Nota (10,0)
Avaliador Professor Me. Matheus Rodrigues da Silva

Média (9,8) 
Acadêmico: IDOMAR CASTRO DOS SANTOS



Centro de Estudos Superiores de Parintins
Estrada Odovaldo Novo, S/N - Djarde Vieira
CEP: 69.125-470 / Parintins - AM



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
CURSO DE HISTÓRIA – CAMPUS AUTAZES

IDOMAR CASTRO DOS SANTOS

**A VIOLÊNCIA CONTRA O POVO INDÍGENA MURA NO PASSADO E NO
PRESENTE: LUTAS E RESISTÊNCIA**

AUTAZES - AM
2026

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
CURSO DE HISTÓRIA – CAMPUS AUTAZES

IDOMAR CASTRO DOS SANTOS

**A VIOLÊNCIA CONTRA O POVO INDÍGENA MURA NO PASSADO E NO
PRESENTE: LUTAS E RESISTÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso em
História apresentado a Universidade do
Estado do Amazonas como requisito
parcial para obtenção do título de
licenciado(a) em História.
Orientadora: Profa. Dra. Sarah dos Santos
Araujo

AUTAZES - AM
2026

IDOMAR CASTRODOS SANTOS

**A VIOLÊNCIA CONTRA O POVO INDÍGENA MURA NO PASSADO E NO
PRESENTE: LUTAS E RESISTÊNCIA**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para a obtenção do título de Licenciado em História e aprovado em sua forma final pela Banca Examinadora da Universidade Federal do Amazonas.

Aprovado em 04 de agosto de 2026.

BANCA EXAMINADORA

Prof(a). Dr(a). Sarah dos Santos Araujo – Presidente/Orientador
Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

Prof(a). Ma. Tamily Frota Pantoja – Membro Externo
SEDUC-AM

Prof(a). Me. Matheus Rodrigues da Silva – Membro Interno
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar as formas de violência sofridas pelo povo indígena mura a partir do século XVII, por meio de levantamento bibliográfico. Destacando as estratégias de resistência e exploração desenvolvidas por esses povos diante da colonização e invasão europeia. A pesquisa busca compreender como essas violências ocasionaram mudanças na vida e no cotidiano desse povo indígena ao longo do contato com o colonizador. Os resultados e dados obtidos ao longo da pesquisa serão analisados em diálogos com os autores que já estudaram a história desse povo. O trabalho está dividido em quatro sessões, na primeira sessão é feito um breve histórico do Povo Mura das margens do rio Madeira, na segunda será abordado A Resistência Histórica dos Mura, e na terceira a violência contra o Povo Mura no passado, e na quarta irá abordar Violência contra o Povo Indígena Mura no presente. Finalmente será apresentado as considerações finais da pesquisa realizada.

Palavras-chave: Povos Indígenas Mura; Violência; Exploração; Lutas; Resistência.

ABSTRACT

This article aims to analyze the forms of violence experienced by the Mura Indigenous people since the 17th century, based on a bibliographic review. It highlights the strategies of resistance and the dynamics of exploitation that emerged among these people in the face of European colonization and invasion. The research seeks to understand how such violence brought about changes in the lives and daily routines of this Indigenous group throughout their contact with colonizers. The results and data obtained during the research are analyzed in dialogue with authors who have previously studied the history of these people. The work is divided into four sections: the first provides a brief history of the Mura people from the banks of the Madeira River; the second addresses the historical resistance of the Mura; the third examines past violence against the Mura people; and the fourth addresses violence against the Mura Indigenous people in the present. Finally, the study's concluding remarks are presented.

Keywords: Mura Indigenous Peoples; Violence; Exploitation; Struggles; Resistance

INTRODUÇÃO

O trabalho trata sobre a violência contra os povos indígenas mura no passado e no presente, observando suas lutas e resistência. Buscamos compreender como o povo indígena Mura sobreviveu ao longo do tempo, passando por diferentes tipos de violências, exploração colonial e invasões em seus territórios. Observamos como suas lutas e resistência foram fundamentais para preservar sua cultura e tradição de um povo forte.

Este trabalho foi fruto de uma inquietação que surgiu junto aos meus estudos no decorrer do curso de história, e a escolha do tema, particularmente, porque gosto e faz parte da realidade em que vivo. A pergunta que norteou o estudo foi: - Quais foram as principais formas de violência, lutas e resistências do Povo Mura no passado e no presente? Através de um breve levantamento bibliográfico pude conhecer mais sobre a história dos Mura no Brasil, e como ela foi marcada por intensos processos de colonização, exploração e conflitos que os atingiram profundamente.

O Povo Indígena Mura, que tradicionalmente está localizado na região amazônica, deste o período colonial, a partir do século XVII. Enfrentaram diversas formas de violência e exploração, incluindo invasões territoriais, perseguições militares, escravização e tentativas de extermínio cultural promovidas por colonizadores eurocêntricos.

Foram conhecidos como "gentio de corso", imagem náutica utilizada no período colonial para definir os povos que permaneciam afastados dos povoamentos, constituindo uma ameaça aos empreendimentos coloniais, saqueando e roubando as aldeias de índios domésticos e as embarcações coloniais. No extremo oeste a expressão gentio de corso foi aplicada aos Paiaguás e Guaicuru da região do Chaco, ambas etnias lembradas pela selvageria épica com que investiam contra as embarcações monçoeiras. (Amoroso, 1992, p. 297).

Portanto, é interessante conhecer como se deu o contato dos colonizadores com o povo Mura no século XVII, o que exige uma análise do contexto da expansão colonial portuguesa na Amazonia. Neste período, a consolidação do domínio territorial estava diretamente relacionada ao controle dos rios, das rotas comerciais e da catequese indígena. A resistência dos Mura a presença portuguesa tornou-se um dos principais obstáculos à ocupação da região.

Essa pesquisa também se torna importante dentro da dimensão educacional porque promove uma formação mais digna, justa, crítica e inclusiva, ao apresentar

como esse povo vem sendo pesquisado dentro do âmbito da História. Assim, lançamos um olhar de quem vive na região, conhece a experiência de viver com o povo e entender suas particularidades. Assim, abrimos espaço para pensar a produção histórica, o aprendizado sobre o tema e desconstruir a ideia de história única.

Este trabalho de pesquisa está dividido da seguinte forma: na primeira sessão há um breve histórico do Povo Mura das margens do rio Madeira; na segunda abordamos a violência contra o Povo Mura nos séculos XVII; e na terceira será apresentada a violência contra o Povo Mura no tempo presente. Finalmente será apresentado as considerações finais da pesquisa realizada.

Sendo assim, é fundamental entender que a violência contra o povo Mura não pode ser compreendida exclusivamente como enfrentamento europeu, mas como um processo histórico marcado pela produção de narrativas que buscavam justificar essa exploração colonial. Assim, compreender e analisar a violência contra o povo indígena mura, tanto no passado quanto no presente, é reconhecer as injustiças históricas e valorizar as suas lutas e estratégias de resistência contra a colonização e invasores garantindo a sobrevivência física, cultural e territorial desse povo até os dias atuais.

1. Uma breve história do Povo Indígena Mura do rio Madeira

Os Mura ocupam vastas áreas no complexo hídrico dos rios Madeira, Amazonas e Purus. Vivem tanto em Terras Indígenas quanto nos centros urbanos regionais, como Manaus, Autazes e Borba. Desde as primeiras notícias do século XVII são descritos como um povo navegante, de ampla mobilidade territorial e exímio conhecimento dos caminhos por entre igarapés, furos, ilhas e lagos. (Amoroso, 2018, s.p).

Os Mura são falantes de uma língua isolada, sem filiação demonstrada com qualquer outro tronco linguístico sul-americano. Segundo Rodrigues (1998) o grupo indígena Mura pertence a uma família linguística menor do sul do Amazonas, integrada pelas línguas Mura e Pirahã (Rodrigues, 1998, pp.78-79). Desde a época colonial, passaram a utilizar também o Nheengatú, língua geral amazônica imposta pelas missões jesuítas, que a partir do século XVIII foi gradualmente substituída pelo português.

De acordo, com Amoroso (2018) a língua geral, arquitetada pelos jesuítas a partir das línguas Tupi-Guarani da costa, foi até a expulsão dos jesuítas e a criação do governo laico do Diretório Pombalino (1755), a língua oficial da colônia no Grão-Pará. Imposta a todos os nativos nas missões, nas relações comerciais e nos esforços de disciplinarização para o trabalho. Até o século XIX, os Mura a utilizavam amplamente na comunicação com colonos, missionários, escravos negros e outros povos indígenas. Amoroso (2018.) mostra que atualmente, os Mura, falantes de Português, assim como outros povos amazônicos que perderam suas línguas maternas, reafirmam o Nheengatu como uma língua indígena.

A presença mura no sistema hidrográfico do rio Madeira é documentada desde o início do século XVIII. As primeiras notícias coloniais descrevem uma população de navegantes, com total domínio dos intrincados caminhos fluviais e das artes de subsistência nos rios e lagos, que vivia embarcada durante as cheias e acampada em jiraus e tapiris — habitações provisórias de palha construídos nas praias durante o verão (Amoroso, 2018, s.p). De acordo com Nimuendaju, (1925) esses indígenas foram mencionados pela primeira vez, em 1714, numa carta do padre jesuíta Bartolomeu Rodrigues, da missão dos Tupinambaranas. Ele os localizou na margem direita do rio Madeira, entre os Torá e Unicoré (Nimuendaju, 1925, p.140).

De acordo com Amoroso (2018), os Mura se destacam a região na região de Autazes, hoje representativa de sua ocupação, e desde o início do século XX eram: formados por famílias extensas, ocupando de modo distribuído e disperso dezenas de quilômetros ao longo dos rios, igarapés e lagos da região. Essa forma de ocupação constituía um padrão de assentamento distinto da aldeia nucleada exigida pelas missões desde a colonização na região.

Amoroso (2018), também relata que a liderança política mura era exercida pelo chamado *tuxáua*, cujo papel central era a coesão do grupo local formado por famílias extensas. O pajé, ou xamã, constituía a segunda figura central na organização sociopolítica mura. Responsável pela mediação entre o grupo e os seres do cosmos, o pajé exercia funções de cura, proteção espiritual e orientação. Segundo Amoroso (2018), as práticas xamânicas mura, denominadas *pajelança*, incluem o contato com espíritos auxiliares chamados *caboclos*, que conferem ao xamã o conhecimento necessário para tratar doenças e contrabalançar ações de feitiçaria.

O sistema de aglutinação social dos Mura foi registrado pelos cronistas coloniais como "murificação". De acordo com Pequeno (2006), eles tinham a

capacidade de incorporar ao seu grupo indivíduos de outras etnias, incluindo negros de quilombos, ciganos, índios destribalizados e ex-catecúmenos egressos das missões católicas. Esta característica revelava uma plasticidade social que dificultava a classificação colonial e reforçava a capacidade de resistência e renovação demográfica do grupo (Pequeno 2006, p.141).

O rio era o eixo fundamental da vida mura. Os relatos coloniais e etnográficos descrevem um povo que habitava suas canoas durante as cheias e construía tapiris nas praias durante o verão. Essa relação específica com o ambiente aquático conferia aos Mura um conhecimento profundo das rotas fluviais da Amazônia central, tornando-os exímios na navegação pelos complexos sistemas de igarapés, furos e lagos do rio Madeira. (Amoroso, 2018, s.p).

Amoroso (2018) destaca que, atualmente, os Mura continuam a ocupar largas porções territoriais nestas mesmas regiões hídricas. Encontram-se dispersos em mais de 40 terras indígenas, em diferentes estágios de regularização fundiária, distribuídas pelos municípios de Alvarães, Anori/Beruri, Autazes, Borba, Careiro da Várzea, Novo Aripuanã, Itacoatiara, Manauquiri, Manicoré e Uarini. Todos situados no Estado do Amazonas, sobretudo nas regiões de interflúvio dos rios Madeira e Purus. Nos centros Urbanos, tais como a capital estadual Manaus e as sedes dos municípios habitados, registra-se a existência de bairros quase exclusivamente ocupados por segmentos populacionais Mura, que mantém estreitos vínculos com os moradores das aldeias situadas.

2. A Resistência Histórica dos Mura

É importante entender, que os Mura desenvolveram múltiplas formas de resistência, dificultando o controle por parte das autoridades coloniais. O conhecimento dos rios e igarapés funcionava como elementos de defesa e sobrevivência de sua cultura e território. No entanto, além da resistência armada, houve também processos de negociação, reorganização social e adaptação às novas circunstâncias históricas.

A resistência Mura não pode ser compreendida apenas como confronto direto, mais como um conjunto de práticas de preservação de sua cultura e tradição. De acordo com Pequeno (2006): “Eles desempenharam um papel estratégico na viabilização do projeto colonial português e determinaram o desaparecimento e

descaracterização étnico-cultural de diversos povos indígenas (Pequeno. 2006, p. 135)".

Isso significa que o Mura tiveram um papel muito importante na dinâmica da colonização da Amazônia, embora não tenham se aliado com europeus gananciosos. Pelo contrário, sua luta e resistência obrigou a Coroa Portuguesa a investir em expedições militares forte mente armados, para fortificar as missões religiosas para explorar e controlar a região.

Amoroso (2018) discute que os Mura acumulam uma longa história de contato com a sociedade envolvente. Destes tempos remotos, os colonos e missionários católicos construíram e disseminaram fortes estigmas contra esse povo, a ponto de recusar-lhes até mesmo a condição de seres humanos. Em meados de 1714 foram realizadas as primeiras e totalmente frustradas tentativa de redução dos Mura aos aldeamentos da Companhia de Jesus na região da madeira. Deste então, foram vistos como ameaças aos estabelecimentos implantados na região junto a outros povos, devido aos frequentes ataques contratais núcleos, bem como contra as embarcações comerciais que atuavam nos cacauais nativos do rimo madeira a história da Vila de Trocano, nome colonial de Borba, a primeira vila da Amazônia, ilustra este período.

A primeira característica que colaborou para a construção do que a historiografia denominaria "inimigo Mura" foi a extrema mobilidade desse povo na ocupação de sua bacia hidrográfica original. A presença Mura no início do século XVII, localizada no sistema hidrográfico do rio Madeira, foi apontada pelos hábitos culturais estranhos ao colonizador. Eles, familiarizados com o perfil cultural da população tupi-guarani, buscavam essa característica em todos os outros povos. Porém, não encontrando-as afirmavam que esse povo estava marcado por "ausências". Sendo descritos como um povo que: "não plantava, não possuía aldeias e não tecia" (Amoroso, 2018, s.p).

De acordo com Pequeno (2006) os Mura ficaram conhecidos na etnografia colonial como "corsários do caminho fluvial". Viviam em suas próprias canoas, como se fossem suas casas, e se destacavam na resistência à ocupação pelos não índios. Sua imagem é marcada por traços guerreiros, destemidos, conhecedores de táticas sui generis de ataque e de emboscada, o que atemorizava e lhes concedia grande fama de "perigosos", principalmente nos séculos XVII a XIX, quando impediram o avanço das missões, do comércio português e das ações militares na Amazônia.

De todas as tribos da Amazonia foi esta a que mais extenso território ocupou, espalhando-se das fronteiras do Peru até a Trombetas. A sua sede primitiva, porém, foi no Rio Madeira. A ganância dos civilizados transformou ela de pacíficos pescadores num terrível flagelo que durante mais 100 anos pesou sobre grande parte do atual Estado do Amazonas, e com especialidade sobre a região do Madeira. (Nimuendaju, 1925, p.140).

Sendo assim, temos que entender que os conflitos envolvendo os Mura não decorreram de uma suposta natureza guerreira desse povo, como sustentavam muitos cronistas coloniais. Ao contrário, essa mudança atribui nas ações dos colonizadores portugueses, marcadas pela escravização indígena, invasão dos seus territórios tradicionais, violência militar e expansão das missões religiosas. Diante dessas pressões, os Mura passaram a resistir intensamente à ocupação colonial, realizando ataques contra expedições, embarcações e povoações portuguesa no rio madeira.

Para Amoroso (2018), a denominação Território do Medo foi atribuída pelos próprios documentos coloniais à região amazônica onde os Mura atuavam, em decorrência dos relatos de ataques indígenas a embarcações e aldeamentos coloniais. Esse enquadramento do medo era a justificativa para a guerra contra os Mura, amparada pela Lei da Liberdade dos Índios de 1755, que paradoxalmente excluía os próprios Mura de sua proteção.

De acordo com Pequeno (2006) a resistência dos Mura foi também documentada na obra épica Muhuraída, escrita por Henrique João Wilkens e publicada em 1785 (Pequeno, 2006, p.135). Ele narra em versos a saga do povo Mura em contato com a sociedade envolvente, a tentativa frustrada de deflagrar uma guerra de extermínio não autorizada pelo rei D. João VI, e a facilidade de incluir no seio do grupo indígena pessoas estranhas sem descendência Mura, o que ficou conhecido como "murificação".

Sendo assim, Amoroso (2018) relata que a mobilidade territorial, frequentemente caracterizada pelos colonizadores como sinal de barbárie e instabilidade, era na verdade um sofisticado sistema de ocupação e gestão do território. O padrão disperso de habitação ao longo de rios, igarapés e lagos constituía uma estratégia cultural e ecológica de subsistência, adaptada ao ambiente amazônico de várzea. Esse padrão tornou os Mura difíceis de capturar, de reduzir a aldeamentos e, portanto, de controlar.

Portanto, a resistência Mura de hoje é, em muitos sentidos, uma continuidade da resistência histórica, trocando a guerra fluvial por outras formas de luta. e uma

dessas lutas é a reivindicação de demarcação de terras, processo que segue incompleto em boa parte do seu território tradicional em Autazes.

Além disso, o surgimento de mais um desafio para esse povo o enfrentamento a grandes empreendimentos, como no caso já bastante conhecido da mineração de potássio em seus territórios, em que parte das aldeias resistem ao avanço do projeto sem consulta prévia adequada, reeditando em outro registro a mesma disputa de séculos atrás pelo direito de um povo decidir sobre seu próprio lugar diante da pressão de interesses externos. outro fator é a resistência cultural e linguística, com esforços de documentação e revitalização de elementos da cultura mura, mesmo diante da perda completa da língua original.

2. Violência contra o Povo Indígena Mura no passado

De acordo com Amoroso (2018), algumas situações e visões serviram de base para as práticas violentas e as leis de exceção aplicadas aos Mura. Das violências legisladas contra esse povo, podemos citar ainda a que ocorreu durante o desenvolvimento das missões. As missões foram uma entidade jurídica formada por ordens religiosa católica atuante no Grão-Pará até 1755. Com elas, as ordens religiosas, principalmente a jesuíta, tinham poderes concedidos pela Coroa Portuguesa e foram explorando a região do Madeira, o que gerava interesses econômicos e colonizadores na figura dos padres jesuítas não atuavam somente na catequese, mas também na organização de atividades economias. Entre essas atividades estava a exploração extrativista do cacau nativo, produto de grande valor no comercio colonial. (Amoroso. 2018, s, p.)

O padre João Daniel, em relato fundamental para a compreensão das origens do conflito, registrou o episódio que, segundo ele, teria precipitado a hostilidade Mura de modo irreversível. Um comerciante português, ao saber que um missionário havia negociado com os Mura sua descida voluntária para uma missão, fingiu ser enviado pelo próprio padre e embarcou uma quantidade de Muras na sua canoa, vendendo-os como escravos aos colonos da região. Diante da descoberta da fraude, os Mura, segundo Daniel:

(...) conceberam tal ódio contra os brancos, e talvez contra os mesmos padres persuadidos de que eles os tinham já antes praticado para os fazer escravos, que desde então até agora tem contínua declarada guerra contra os missionários, brancos e aldeanos.

Outro fator foi a presença dos Mura às margens do rio Madeira, que era percebida como ameaça direta aos interesses econômicos coloniais. Conforme registrado por Moreira Neto:

(....) a presença Mura às margens do rio Madeira representava ameaça aos colonos nas épocas de colheita: nativos irredutíveis, os Mura dificultavam a penetração no interior da mata, ameaçavam os estabelecimentos, aterrorizavam escravos e trabalhadores do cacau (Moreira, 1988, p. 258-259, apud Pequeno, 2006, p. 137).

Esse enquadramento como ameaça econômica estruturou as ações repressivas que se seguiriam. Relato que permite ver uma continuidade da ação desse povo indígena e como se tornavam cada vez mais empecilhos aos interesses coloniais.

De acordo com Pequeno (2006), foi esse contexto que impulsionou a criação dos “Autos da Devassa”, ou seja, investigações judiciais formais abertas para apurar crimes considerados graves contra a ordem da Coroa ou da Igreja (Pequeno, 2006, p. 137). A partir de então, os indígenas Mura passaram a ser considerados inimigos oficiais da Coroa Portuguesa, sujeitos a assassinatos e escravização, que eram descritos como “Populações Selvagens” tratáveis apenas por meio da guerra e do extermínio.

Segundo Pequeno (2006) o processo ouviu trinta e três testemunhas, dentre as quais alguns moradores de Belém que, por definição, nada poderiam saber sobre índios do rio Madeira por ciência própria. Apesar dos votos favoráveis à guerra justa pelo governador João de Souza Castelo Branco, pelo ouvidor-geral da Capitania do Grão-Pará e pelo padre provincial da Companhia de Jesus. Pequeno relata que:

O rei D. João VI recursou em autorizar a guerra justa contra os Mura, no episódio acima referido, esses índios foram atacados vezes sem conta por particulares e por tropas coloniais nos anos que se seguiram. Soma-se a isso a sucessão de epidemias de sarampo, varíola e infecções gastrointestinais que dizimaram alguns grupos indígenas habitantes do rio Madeira, a partir de 1749, e que tiveram profundo impacto sobre os Maué e outros grupos da foz do Madeira, afetando com toda a probabilidade também os Mura dessa região. (Pequeno. 2006, p. 138)

Sendo assim, Pequeno (2006) discute que esse fato teve alguma consequência na dispersão dos Mura por todos os afluentes do Amazonas até o Solimões, inclusive os tributários da parte setentrional do rio, como o Japurá e o Negro.

Portanto, quando os Mura passaram a ser considerados inimigos oficiais da Coroa, eles poderiam ser perseguidos militarmente e essas perseguições eram respaldadas e regidas por lei, além da escravização que poderia ser justificada como punição ou guerra justa (Pequeno. 2006, p, 136). Essa noção de guerra justa, muito usada no período colonial, permitia escravizar indígena que resistiam ao domínio português (Pequeno. 2006, p.136). Portanto, a violência contra os Mura nunca foi algo isolado ou espontâneo, mas parte de uma política colonial estruturada, que utilizou instrumentos legais para transformar resistência e lutas desse povo em crime.

Pequeno (2006) explana que a descoberta das minas de ouro em Mato Grosso, em meados da segunda metade do século XVIII, intensificou o movimento de barcos pelo rio Madeira e colocou os Mura frente a frente como os colonizadores portugueses. A desigualdade das armas causou o decréscimo na população Mura, que passou a usar o seu domínio no conhecimento do meio ambiente para surpreender e atacar os barcos que navegavam pelo rio Madeira.

A nova estratégia de ataque dos Mura, conhecida pelas trincheiras situadas em pontos estratégicos nas passagens dos rios, levou pânico às embarcações e às vilas, mobilizando todo o esforço da repressão colonial, que enviava tropas às localidades onde havia registros de seus ataques. (Pequeno. 2006, p.145)

Outro fator na violência contra o povo Indígena Mura, de acordo com o (Pequeno. 2006, p. 149) foi a participação na Revolta da Cabanagem rendeu-lhes um novo período de represálias, o que levou a um novo declínio demográfico. A partir de 1850, os Mura voltaram a empreender ataques a viajantes, soldados e missionários. As aldeias localizavam-se nos lagos Capanã Grande, das onças, Acará, Maria Pau, Uauara, Arary, Jacaré e no rio Jumas. Em 1853, os Mura foram localizados nas seguintes aldeias, todas na região do rio Madeira: Sapucaiaoroca, Maturá, Atininga, Matupiri, Manicoré, Capanã, Uarapiara, Baetas, Carapanatuba, Crato, Três Casas, Lagos do Antonio, das Onças, Grande, Acará, Uauara, Aracu, Jacaré, Araiá e chaves.

Os Mura limitaram-se cada vez mais ao vale do rio Madeira, a partir de meados do século XIX, onde não estiveram a salvo dos ataques periódicos da população regional ou de seus inimigos tradicionais, os Munduruku e os Parintintin. O decréscimo posterior da população Mura acompanha as severas taxas que caracterizam a história recente da maioria dos povos indígenas da região amazônica. (Pequeno. 2006, p. 149)

Outra forma de violência contra os Mura, foi no período da borracha entre o final do século XIX e o início do século XX. De acordo com Rocha (2025) os indígenas Mura sofreram um intenso processo de violência e exploração em seus territórios tradicionais. Diante da crescente demanda internacional pelo látex que provocou a expansão dos seringais pela Amazonia, levando seringalistas e comerciantes a ocuparem áreas tradicionalmente habitadas pelos Mura (Rocha, 2025 p.3). Essa invasão dos territórios deles, como continuidade das práticas de violência contra esse povo, resultando na expulsão de comunidades inteiras, na destruição de espaços de caça, pesca e cultivo e na perda de parte importante de seus territórios ancestrais.

De acordo com a Rocha (2025), além da invasão territorial, muitos indígenas Mura foram submetidos ao trabalho forçado nos seringais. Em diversos casos, eram obrigados a extrair látex em condições extremamente precárias, recebendo pouca ou nenhuma remuneração e permanecendo presos aos sistemas de aviamento, que os mantinha constantemente endividado com os patrões (Rocha, 2025 p.7). Esse modelo de exploração limitava sua liberdade e favorecia a continuidade de abusos físicos, psicológicos e econômicos.

Em outro estudo, também recente, sobre os povos indígenas Mura nesse período, temos que, a violência também se manifestou por meio de perseguições, ameaças, assassinatos, deslocamentos forçados e tentativas de apagar a identidade cultural dos Mura (Venâncio, 2025, p.557). Com isso, a imposição de novos modos de vida, associada ao contato intenso com não indígenas, contribuiu para a disseminação de doenças, a desestruturação das organizações sociais e o enfraquecimento de práticas culturais tradicionais. Portanto, em muitas regiões, a expansão dos seringais significou a ruptura das formas tradicionais de ocupação e uso de território indígena.

3. Violência contra o Povo Indígena Mura no presente

Os Indígena Mura, ao longo desse processo histórico, continuam enfrentado diversos desafios que ameaçam seus direitos, seu território e sua forma de vida. No entanto, mesmo a Constituição Federal de 1988 reconheça os direitos dos povos indígenas, a violência contra esse povo no presente ocorre de diferentes maneiras em seus territórios.

Em setembro de 2010, a empresa Brazil Potash Corp. ou Brasil Potássio Ltda. anunciou o início de um empreendimento minerário para aproveitamento econômico

de sais de potássio no município de Autazes, entre os rios Madeira e Amazonas, denominado “Projeto Potássio Amazonas – Autazes”. Segundo o Ministério Público Federal:

(...) o projeto, que busca instalar um porto, uma planta industrial e uma estrada interligando o porto e a planta, além de uma adutora e uma linha de transmissão, pretende ser implantado, de acordo com o IPAAM (Doc. 4), a 2,97 km da terra indígena Jauary, e a 6,33 km da terra indígena Paracuhuba” (Instituto Socioambiental, 2018).

No município de Autazes estão situadas diversas terras ocupadas por indígenas da etnia Mura. As terras mais próximas das futuras instalações da mina são Jauary, Paracuhuba e Soares, esta última ainda não demarcada. No entanto, diversas outras terras indígenas, como Guapenu, São Felix, Murutinga, encontram-se no entorno das futuras instalações e abrigam comunidades Mura. Segundo o Ministério Público Federal, “o município de Autazes possui mais de 20 terras indígenas regularizadas ou em processo de demarcação e, ao menos, 4 registros de reivindicações de demarcações de novas terras indígenas” (Instituto Socioambiental, 2018).

De acordo com Ribeiro, Miranda e Silva, a questão do potássio, um insumo essencial para a produção de fertilizantes agrícolas, que o nosso país importa a maior parte do que consome, se tornou mais um dos caminhos de violência perpassados pelos Mura. As reservas do produto são muito valiosas tanto para o mercado quanto para a política atual defendida por diferentes governos ao longo desses anos (Ribeiro; Miranda e Silva, p.136).

O projeto Potássio fez com que o povo Mura se dividisse, uma parte das famílias, especialmente em aldeia com poucas alternativas de renda, teve um olhar diferente sobre o empreendimento. Pois, viram como uma oportunidade de emprego, royalties e uma melhor infraestrutura em aldeias historicamente esquecida pelo poder público (BNC Amazonas, 2026). Outra parte, sobretudo lideranças ligadas a associações de defesa territorial, foi contra todo esse projeto com medo de contaminação de rios e igarapés usado pelos indígenas Mura para a pesca e abastecimento, destruição do solo e da água, um risco que prevê a mineração potássio, perda de áreas de caça e roça (CIMI, 2025).

Sendo assim, o licenciamento ambiental do projeto potássio passou por sucessivas idas e vindas na Justiça Federal (Ministério Público. 2023, s, p). Existiram liminares suspendendo etapas do processo por falta de consulta adequada, seguida

de decisões que permitiram a retomada de estudos e licenças. Esse processo gerou insegurança para todos os lados, para a empresa, que via o cronograma se arrastar por anos, tanto para os indígenas favoráveis ao projeto, que aguardavam os benefícios prometidos, e para os contrários que viam o risco de o empreendimento avançar sem nenhuma garantia (Mistério Público. 2023, s, p).

Algumas lideranças Mura contrárias a mineração relataram em reuniões que sofreram pressão, intimidação e, em alguns casos, ameaças de morte. Esse é um padrão recorrente em conflitos fundiários e minerários na Amazônia, pois a resistência de algumas aldeias ameaça interesses econômicos relevantes. E quem se posiciona publicamente contra o empreendimento tende a se tornar alvo de retaliações.

Sendo assim, essa luta e resistência continua, os Mura do município de Autazes estão enfrentando uma nova e velha colonização, por uma empresa que busca lucros em cima do território deste povo. Assim, mais uma vez nossa floresta e terras estão visados por suas riquezas. Alguns em nome do bem do “pátria amada”, enquanto os Mura de Autazes seguem sob ameaça, diante da espera por parte das empresas que seguem em luta judicial por acesso a terra que não lhes pertence.

Apesar desses grandes desafios, o povo Mura segue resistindo por meio da valorização de sua identidade, da preservação de sua memória através dos anciões de suas aldeias, da educação indígena, da organização comunitária e da defesa de seus territórios. A grande luta pela proteção dos seus direitos depende da atuação conjunta de poder público, das instituições e as sociedades, promovendo o respeito a diversidade cultural e o cumprimento das leis que garantem os direitos dos Povos Indígenas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história o povo indígena mura enfrentou diversas formas de violência, desde a época da colonização até os dias atuais. A invasão de seus territórios, na tentativa de apagamento de sua cultura, os conflitos pela posse da terra e a discriminação, deixaram marcas profundas para esse povo, mas não foram suficientes para destruir sua identidade e sua força coletiva e comunitária na tentativa de existir e permanecer em seu território.

De acordo com Pequeno (2006), no passado essa disputa se deu por meio de guerra fluvial, com canoas, emboscadas e domínio estratégicos dos rios contra o

avanço da colonização portuguesa, que buscava escravizar, catequizar e submeter o povo Mura. A chamada pacificação de 1786, longe de representar uma derrota, deve ser compreendida como parte de uma negociação em que os Mura, mesmo diante de forças desiguais, preservaram margem de decisão sobre seu próprio legado e destino.

No presente, a violência mudou de forma, mas teve continuidade. Já não são apenas os exércitos coloniais em busca de dominar ou escravizar esses indígenas, e sim empresa de mineração e fazendeiros que avançam sobre terras ainda não demarcadas. Já não são mosquetes e expedições militares que não davam descanso aos Mura, mas sim a morosidade do processo de demarcação a fragilidade da fiscalização ambiental, além das ameaças a lideranças que ousam se opor a interesses econômicos poderosos. Aqui em Autazes é emblemático justamente por relevar como essa violência poder ser sutil e, ao mesmo tempo, profundamente danosa. Não se trata de um confronto armado explícito, mas de uma pressão sistemática, jurídica, econômica e política que testa a capacidade de um povo de decidir livremente sobre seu próprio território.

Mesma com ausência de demarcação plena das terras Mura, que remontam a um processo histórico de invisibilização iniciado no século XIX, continua sendo, no presente, a principal brecha que permite avanços de empreendimentos e invasores. Assim, como os indígenas Mura resistiram por séculos ao controle e domínio colonial sem serem subjugados por completo, algumas aldeias atuais mantêm sua organização política, suas associações e suas lideranças na linha de frente da defesa territorial. Mesmo diante de divisões internas, pressões econômicas e ameaças constantes de mortes.

Portanto, reconhecer a continuidade entre a violência colonial e a violência contemporânea contra o povo Mura não é apenas um exercício histórico é uma ferramenta política e ética. Pois desloca a compreensão de que os conflitos atuais são fatos isolados ou questões de desenvolvimento regional, como a continuação de um processo de espoliação territorial que dura anos e anos. Hoje infelizmente disfarçado sob a linguagem do progresso econômico e da geração de empregos e rendas.

Sendo assim, ao mesmo tempo, essa história também é uma história de persistência, o povo Mura não desapareceu, apesar de todas as tentativas de dominar seus territórios, fosse pela guerra colonial, ou com a invisibilização de sua população cabocla ao longo do século XX. Ou ainda, pela pressão de grandes empreendimentos

no presente. Sua capacidade de se reorganizar, reivindicar direitos e disputar espaço político, inclusive dentro do próprio Estado brasileiro, é a prova mais concreta de que a resistência Mura segue viva.

Referências Bibliográficas

Amazônia Real: A guerra do Potássio em Autazes. Postado em 27/03/2022. Ver: <https://amazoniareal.com.br/especiais/projeto-autazes/> Acesso em 29/07/26.

AMOROSO, Marta Rosa. Guerra Mura no século XVIII versos e versões: representações dos Mura no imaginário colonial. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 1991.

AMOROSO, Marta Rosa. Corsários no caminho fluvial: os Mura do rio Madeira. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org.). História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras/FAPESP/SMC, 1992. p. 297-310. [PDF acessível via Biblioteca Digital Curt Nimuendajú: <http://www.etnolinguistica.org/hist:p297-310>]

AMOROSO, Marta Rosa. Transformations of Mura Territoriality in the Amazon. History of Anthropology Review, 31 dez. 2018. Disponível em: <https://histanthro.org/notes/mura-territoriality/> Acesso em: fev. 2026.

AMOROSO, Marta Rosa. Guerra Mura no Século XVIII: Versos e Versões. Representações dos Mura no Imaginário Colonial. Dissertação (Mestrado em Antropologia). UNICAMP, Campinas, 1991.

AMOROSO, Marta Rosa. Verbete Povos Mura. Postado em: 12/2009, modificado em 08/2018. Ver: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Mura> Acesso em: 29.07.2026.

AZEVEDO, João Lúcio de. Os Jesuítas no Grão-Pará: **Suas missões e a colonização**. Lisboa: 1919.

BNC Amazonas - Potássio do Brasil firma acordo com Conselho Indígena Mura em Autazes. Postado em 26.03.2026. Ver -

<https://bncamazonas.com.br/municipios/potassio-do-brasil-firma-acordo-com-conselho-indigena-mura-em-autazes/> Acesso em: 30.07.2026.

CEDEAM — Comissão de Documentação e Estudos da Amazônia. Autos da devassa contra os índios Mura do rio Madeira e nações do rio Tocantins (1738-1739). Manaus: Universidade do Amazonas; Brasília: INL, 1986.

CIMI – Resistir para Existir: Povo Mura realiza I Assembleia da Organização Indígena da Resistência Mura de Autazes (OIRMA). Ver: <https://cimi.org.br/2025/02/i-assembleia-organizacao-indigena-resistencia-mura-autazes/> 26.02.2025. Acesso em – 30.07.2026.

GOMES DA SILVA et al. Aldeias Indígenas Mura. [S.l.]: OPIM, 2008.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Irregularidades e riscos do “Projeto Potássio Amazonas-Autazes” sobre as terras habitadas pelo povo indígena Mura. Ver: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/irregularidades-e-riscos-do-projeto-potassio-amazonas-autazes-sobre-terras> Acesso em 30.07.26.

MELO, Vanice Siqueira de; ARAÚJO, Alik Nascimento de; BARRIGA, Letícia Pereira. Os Mura em movimento: mobilidade e resistência nas águas do Madeira. Canoa do Tempo, Manaus, v. 13, 2021. DOI: <https://doi.org/10.38047/rct.v13.FC.2021.d4.p.1.29>. Disponível em: https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/Canoa_do_Tempo/article/view/8117

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. Índios da Amazônia: de maioria a minoria (1750-1850). Petrópolis: Vozes, 1988.

NIMUENDAJU, Curt. As tribus do Alto Madeira. Journal de la Société des Américanistes, Paris, v. 17, p. 137-172, 1925.

NIMUENDAJU, Curt. The Mura and Pirahã. In: STEWARD, J. H. (Ed.). Handbook of South American Indians. Washington: Bureau of American Ethnology/Smithsonian Institution, v. 3, 1948. p. 255-269.

PEQUENO, Eliane da Silva Souza. Mura, guardiões do caminho fluvial. Revista de Estudos e Pesquisas, FUNAI, Brasília, v. 3, n. 1/2, p. 133-155, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/revista-estudos-pesquisas-v3-n1-2/05-mura-guardiaes-do-caminho-fluvial-eliane-pequeno.pdf>

PIB/ISA — POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. Verbete: Mura. Instituto Socioambiental, 2023. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Mura> Acesso em: fev. 2026.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Loyola, 1998.

ROCHA, Rodrigo da Silva. Colonialismo e desenvolvimento na Amazônia: do apogeu ao declínio de ciclo da borracha (1750-1946).

RIBEIRO, Glaucia Maria de; MIRANDA, Sarah Clarimar Ribeiro de; SILVA, Kryslaine de Oliveira. Exploração de Potássio em Autazes: A demarcação de Terras e a Degradação Ambiental Sob a Perspectiva Institucional do Ministério Público Federal e do Poder Judiciário. Revista do Ministério Público do RS, Porto Alegre, n. 96, jul. 2024

VENÂNCIO, Marcelo. O ciclo da Borracha e a apropriação do território amazônico: Resistência Indígena e Migração Nordestina para a Amazonia. OKARA. Geografia em debate, v.19 n.2, 2025